

USINA CAETÉ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de março de 2026

USINA CAETÉ S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Usina Caeté S/A, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. S.Sa. o Relatório da Administração, juntamente com as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, compreendendo o período de 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025 e 01 de abril de 2025 a 31 de março de 2026, as quais são apresentadas com dados consolidados e alcançam as práticas contábeis adotadas no Brasil através dos pronunciamentos dos CPCs, como também aos padrões estabelecidos no IFRS – International Reporting Standards, nas normas internacionais de contabilidade.

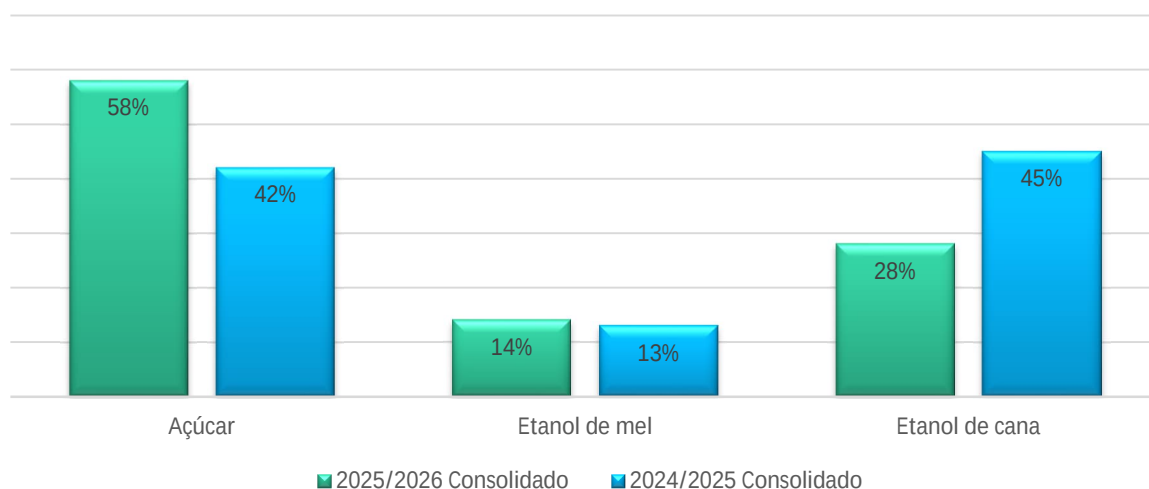
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A safra 2025/2026 foi finalizada com êxito na produção e processamento de cana de açúcar. As boas expectativas de produção se consolidaram fruto de um manejo adequado da matéria prima. Há uma redução de volume processado de fornecedores de cana, comparando o mesmo período anterior, fruto das condições climáticas no período de entressafra do NE, com predominância de poucas chuvas no mês de abril e maio. A conclusão da fábrica de açúcar na unidade Paulicéia/SP foi o maior desafio e graças a competente equipe, já colhe seus resultados desde abril 2025, modificando consideravelmente o mix de produção do grupo. Este ciclo de moagem foi bastante desafiador, sobretudo pelos posicionamentos de preços no mercado internacional de açúcar e seus reflexos nos demais mercados, incluindo o de etanol. Ainda há o desafio de melhorarmos a produtividade agrícola nas unidades do nordeste, através de nosso plano de ampliação de áreas irrigadas com aspersão, pivô e gotejamento que hoje já abrange aproximadamente 72% da área de colheita em Alagoas.

No cenário corporativo, focamos em estabelecer a qualidade de nossos produtos finais e alcançamos as certificações FSSC22000 junto com a indicação para a certificação e Bonsucro, com foco em mercados cada vez mais exigentes.

Os desafios incluem desde o planejamento logístico, processo de empacotamento e se estendem até a melhoria dos resultados operacionais com a participação contínua dos nossos colaboradores, fornecedores, parceiros e acionistas, em sintonia de uma única nota: A da melhoria contínua.

Mix de Produção



Por fim, reiteramos nosso compromisso em edificar nosso crescimento em princípios que mantêm unidas a tríade natureza-pessoas-empresa, na construção de um mundo melhor.

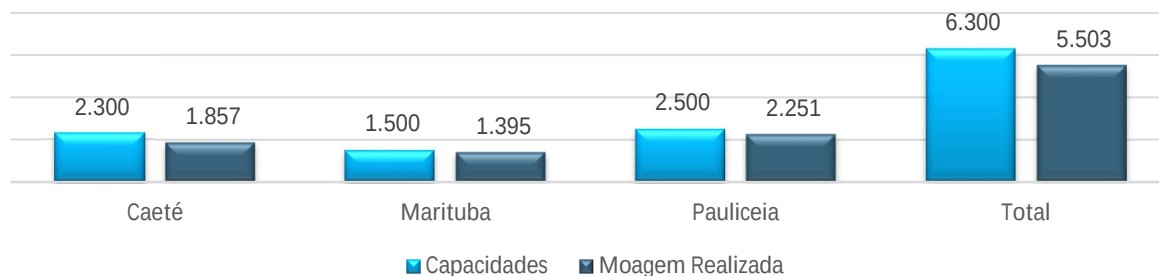
A busca em adicionar valor ao acionista através de uma gestão responsável, escorados pela estrutura de capital humano, é nosso legado junto a clientes, parceiros, executivos e demais que compõem a Usina Caeté.

Nossos sinceros agradecimentos a todos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

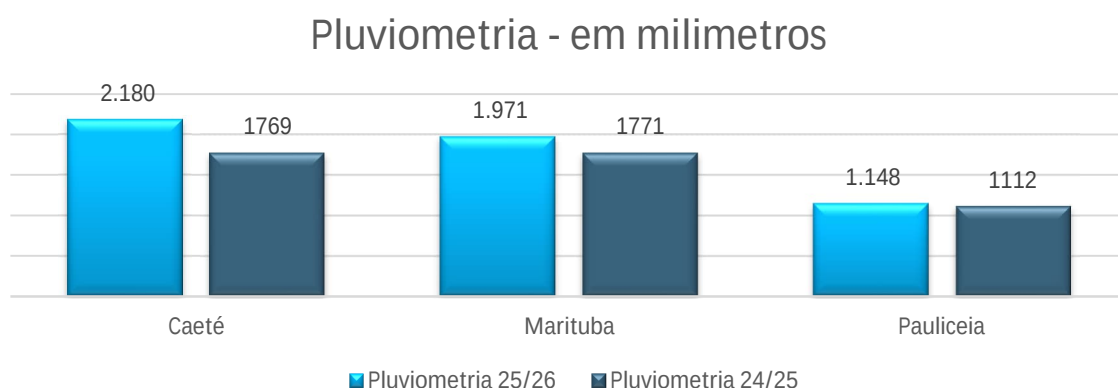
A Usina Caeté S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado. Possui atualmente três unidades industriais em operação: Caeté em São Miguel dos Campos - AL, Marituba em Igreja Nova - AL, e Paulicéia em Pauliceia - SP. Atualmente, a Companhia tem capacidade instalada de processamento de 6,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Capacidades x Moagem



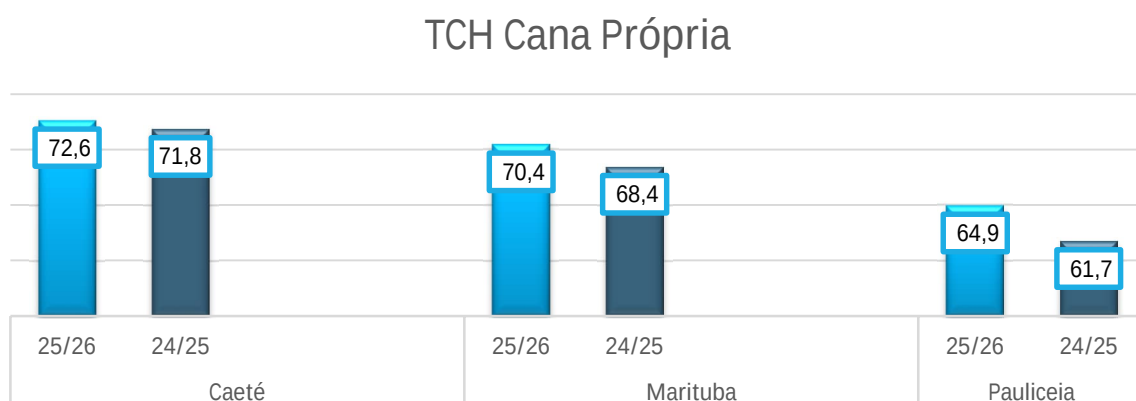
1 – Pluviometria

Como estão em regiões distintas, as unidades apresentaram os seguintes índices pluviométricos:

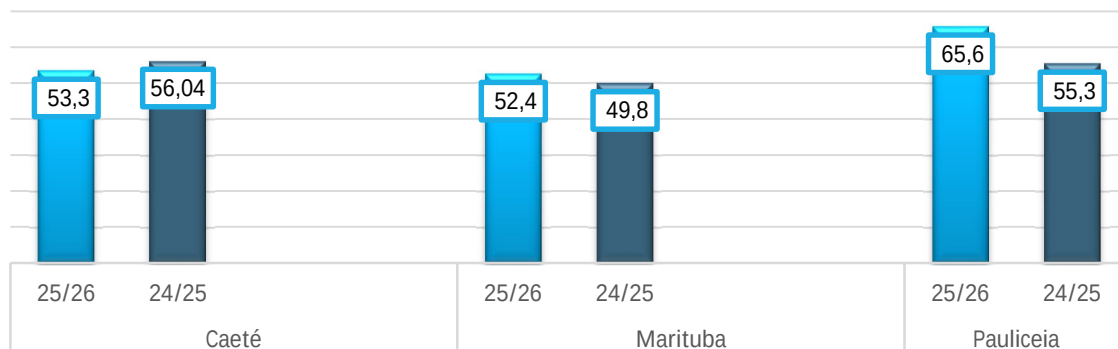


Os inícios de moagem em SP (abril) e em Alagoas (setembro) foram mais chuvosos que o mesmo período da safra passada, e apesar de demonstrar mais volume de chuvas, a distribuição foi irregular.

A produtividade média do acumulada da cana comparativamente com períodos fechados das últimas duas safras, tiveram o seguinte comportamento:



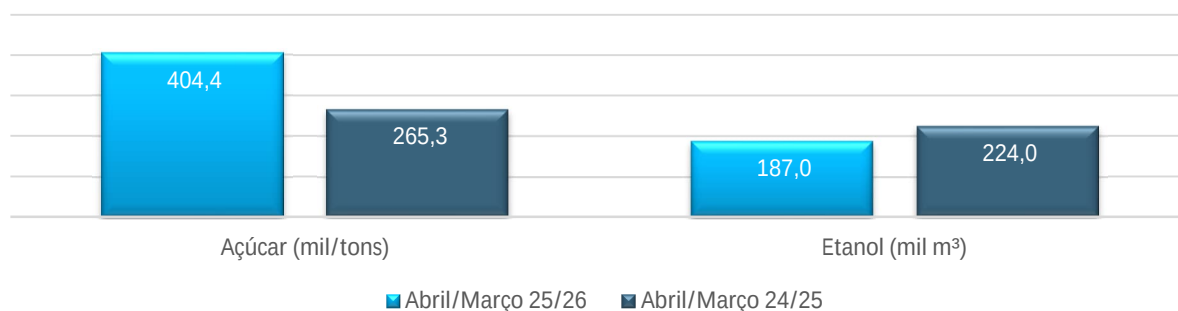
TCH Cana Fornecedor



Os fornecedores no Nordeste são os mais afetados pela irregularidade das chuvas, em função da ausência de áreas irrigadas.

No período, a produção de Etanol foi de 187 mil m³, 16,5% abaixo do volume produzido na safra anterior. Por outro lado, o açúcar cresceu 52%. A produção de açúcar, assim como a de etanol, tem sido afetada pelo início da produção de açúcar na unidade Pauliceia. A Companhia é autossuficiente na cogeração de energia em suas três unidades industriais.

Produção



Na safra 2025/2026 a companhia produziu e comercializou CBIOS, agregando valor ao preço médio do etanol. A comercialização desses certificados ocorre após a escrituração, principalmente com distribuidoras de combustíveis. Apesar da retração dos preços, este continua sendo um importante vetor de ajuste positivo de direcionamento do consumo para um produto limpo sob a ótica de descarbonização dos combustíveis.

Abril/24 a Março 25

Unidade	Estoque Inicial	Geração	Vendas	PM	Receita Bruta	Premio Etanol
Caete	5.496	43.091	48.587	78,6	3.818.343	103,5
Marituba	1.043	44.019	45.062	76,1	3.428.629	73,6
Pauliceia	9.516	170.183	142.589	78,9	11.250.304	70,7
TOTAL	16.055	257.293	236.238	78,3	18.497.276	76,3

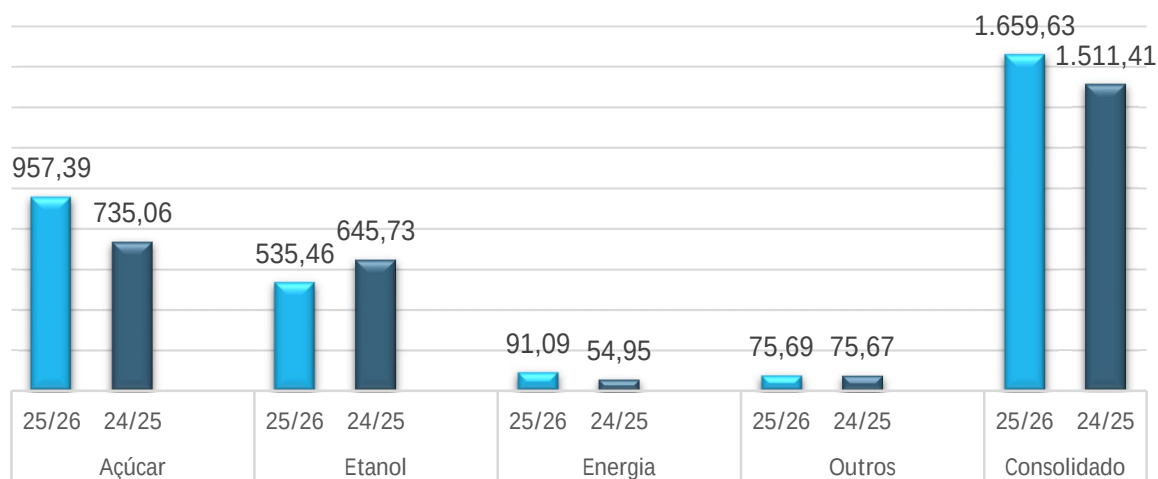
Abril/25 a Março 26

Unidade	Estoque Inicial	Geração	Vendas	PM	Receita Bruta	Premio Etanol
Caete	-	86.868	78.792	48,4	3.814.984	51,4
Marituba	-	34.011	34.011	35,7	1.214.192	32,9
Pauliceia	37.110	38.814	38.814	34,3	1.329.598	40,2
TOTAL	37.110	159.693	151.617	41,9	6.358.774	44,1

Cada CBIO equivale à mitigação de uma tonelada de gases de efeito estufa, por meio do uso de biocombustíveis certificados em substituição aos combustíveis fósseis. Lançado em 2017, o RenovaBio busca incentivar a redução da pegada de carbono do setor de biocombustíveis no Brasil por meio de mecanismos de mercado.

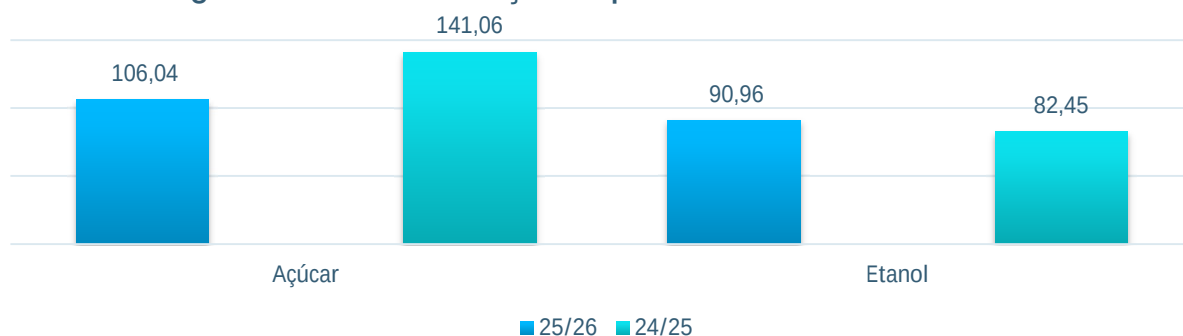
2 - Desempenhos Econômico e Financeiro

Receita Líquida - em R\$ mil



O açúcar contribuiu em 57% do faturamento da empresa na safra 25/26 ante 49% da safra anterior, fruto basicamente da entrada das vendas da unidade Paulicéia/SP, o que impacta diretamente na redução na oferta de etanol e na redução da margem por se tratar de açúcar VHP para exportação. Houve uma variação não natural nas receitas de energia, fruto de uma operação financeira de compra e venda desse produto.

Margem de Contribuição Equivalentes em scs de VHP ¹



Açúcar		Etanol		Energia		CBIOS	
25/26	24/25	25/26	24/25	25/26	24/25	25/26	24/25
mil tons		mil mts ³		mwh		mil/un	
390,4	240,2	178,8	243,7	472,4	251,1	151,6	236,2
R\$ 2.409,2	R\$ 3.170,2	R\$ 3.407,3	R\$ 3.010,0	R\$ 219,9	R\$ 249,2	R\$ 41,9	R\$ 78,3

ESTOQUES

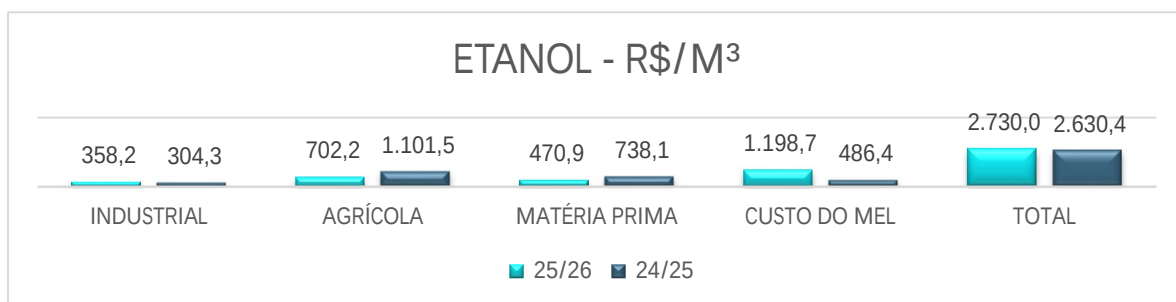
Os estoques de produtos acabados, fecharam com as seguintes movimentações:



Por uma questão de estratégia comercial em não participar em mercado a preços abaixo de nosso planejamento, optamos em manter maiores níveis de estoques de açúcar negociados no mercado regional. Isso afetou em parte a geração de EBTIDA previsto originalmente.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos médios dos produtos tanto açúcar como etanol ainda se mantiveram estáveis, variando dentro das expectativas da companhia.



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida	1.659.625	1.511.406	1.669.533	1.521.734
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-1.322.367	-1.263.364	-1.335.672	-1.278.458
Variação do valor justo do ativo biológico	-82.757	50.108	-82.757	50.108
Lucro bruto	254.501	298.150	251.104	293.384
(Despesas)/receitas operacionais				
Despesas com vendas	-77.378	-68.886	-77.358	-69.728
Despesas administrativas e gerais	-102.617	-94.647	-104.462	-95.390
Resultado de equivalência patrimonial	-11.799	-12.767	-1.753	381
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14.441	26.171	25.188	35.433
	-177.353	-150.129	-158.385	-129.304
Resultado operacional antes do resultado financeiro	77.148	148.021	92.719	164.080
Variações cambiais, líquidas	50.586	-68.077	50.594	-68.093
Receitas financeiras	41.342	23.436	46.690	27.434
Despesas financeiras	-151.311	-159.488	-171.631	-181.308
Efeitos IFRS 06	-205.591	70.846	-205.591	70.846
Resultado financeiro líquido	-264.974	-133.283	-279.938	-151.121
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-187.826	14.738	-187.219	12.959
Provisão imposto de renda e contribuição social	-	-	-12	-436
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.531	6.383	80.531	6.383
Lucro/prejuízo líquido antes das participações de acionistas não controladores	-107.295	21.121	-106.700	18.906

	Controladora				Consolidado		
	25/26	24/25	%		25/26	24/25	%
Receita Líquida de	1.659,6	1.511,4	10%		1.669,5	1.521,7	10%
(-) CPV	-1.322,4	-1.263,4	5%		-1.335,7	-1.278,5	4%
(+/-) Ajustes IRFS1	-82,8	50,1			-82,8	50,1	
Lucro Bruto	254,5	298,2	-15%		251,1	293,4	-14%
Margem Bruta	15,3%	19,7%	-22%		15,0%	19,3%	-22%
SG & A	-180,0	-163,5	10%		-181,8	-165,1	10%
Outras rec e desp	2,6	13,4	-80%		23,4	35,8	-35%
EBIT	77,1	148,0	-48%		92,7	164,1	-43%
D / A	382,4	354,7	8%		385,5	361,9	7%
Variação Ativo Biol	82,8	-50,1			82,8	-50,1	
Equivalencia Patrim	11,8	12,8			1,8	-0,4	
EBITDA	530,5	465,3	14%		562,7	475,5	18%
Margem Ebitda	32,0%	30,8%	4%		33,7%	31,2%	8%

O resultado financeiro teve as seguintes movimentações:

Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Juros sobre aplicações financeiras	10.766	10.965	15.665	11.863
Ganho de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	-	-	-	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	-	70.846	-	70.846
Outras receitas financeiras	30.576	12.471	31.025	15.571
Receitas financeiras:	41.342	94.282	46.690	98.280
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-117.455	-125.805	-137.486	-147.409
Juros mora fornecedores	-282	-225	-284	-225
Juros sobre impostos e contribuições	-3.875	1.940	-4.013	1.728
Perda de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	-126.968	-	-126.968	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	-78.623	-	-78.623	-
Outras despesas financeiras	-29.699	-35.398	-29.848	-35.402
Despesas financeiras:	-356.902	-159.488	-377.222	-181.308
Variações cambiais ativas	108.244	63.964	108.255	63.966
Variações cambiais passivas	-57.658	-132.041	-57.661	-132.059
Variações cambiais líquidas:	50.586	-68.077	50.594	-68.093
Resultado financeiro	-264.974	-133.283	-279.938	-151.121

Os juros sobre operações financeiras mantiveram suas taxas médias nominais, nos períodos reportados para o período 25/26 ficaram em 14,89% aa e para o período 24/25 em 14,61% aa. A redução da taxa média foi fortemente afetada pela contratação de uma operação no BNDES do Fundo Soberano, com taxa contratada de 3,56% aa. Adicionalmente a isso, tivemos o advento da contratação da operação da construção da fábrica de açúcar a qual impactou em um acréscimo nas despesas de juros sobre empréstimos. As variações cambiais são basicamente incidentes sobre a operação Light House com vencimentos em prazo longo no final da operação.

CAPEX

R\$ milhões	De 01/04/25 a 31/03/26	De 01/04/24 a 31/03/25
CAPEX Recorrente		
Plantio de Renovação	120.478,0	180.258,0
Tratos Culturais	230.737,0	209.990,0
Imobilizado	28.101,0	31.791,0
TOTAL GERAL	379.316,0	422.039,0

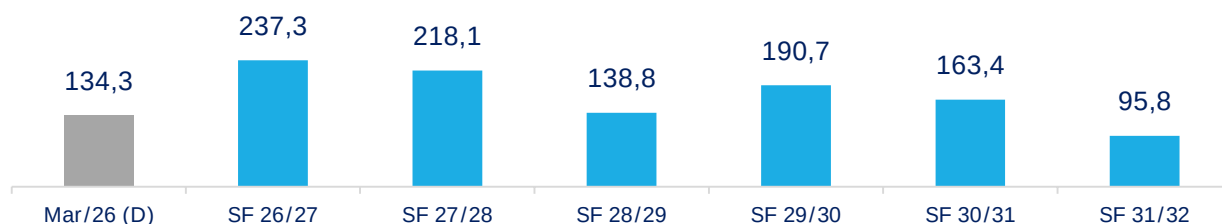
Os gastos com renovação do canavial e tratos com soqueira, somaram R\$ 351,22 milhões de reais, ante R\$ 390,25 do mesmo período anterior. Os tratos culturais há uma redução de 10% fruto basicamente pela apreciação dos preços dos insumos. Na parte de aquisição de herbicidas, a companhia tem utilizado a SCA como parceira para compras anuais e tem tido sucesso na redução de custos. Pelo lado dos fertilizantes, verificou-se aumento nos preços de algumas formulações. A companhia vem intensificando a renovação de equipamentos e o direcionamento plantio e tratos em sua matéria prima como plano estratégico de redução de custos e melhoria operacional.

ENDIVIDAMENTO (Março 2026)

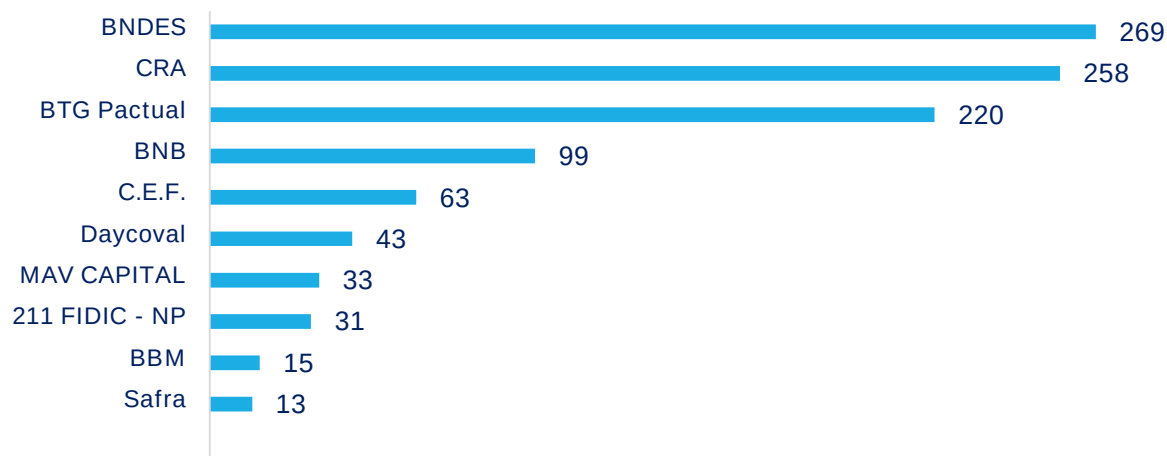
MOVIMENTAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO	circulante	não circulante	total
Saldo Inicial	300.021	593.960	893.981
Captações	214.989	544.273	759.262
Juros	182.816	-74.426	108.391
variações cambiais incorridos	-45.659	0	-45.659
Pagamento de principal	-585.735	0	-585.735
Pagamento de juros	-150.304	0	-150.304
Transferência	321.201	-321.201	0
Ajuste a valor presente	0	82.848	82.848
Saldo Final	237.331	825.454	1.062.785

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

(D): Valor Disponível



MILHÕES POR BANCO



O movimento do endividamento está dentro das expectativas da companhia. A safra 25/26. Realizamos grandes operações de longo prazo com BNDES e a emissão de dois CRAS e com isso haverá uma pressão menor nas amortizações da safra 26/27 a qual será em função dos preços de açúcar e etanol, um grande desafio para o setor.

A posição do endividamento líquido ao final de março/26 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	25/26	24/25	25/26	24/25
Dívida Bruta	1.062,8	894,0	1.294,2	1.127,3
Dispiniilidades	139,6	60,3	180,6	95,9
Dívida Líquida	923,1	833,7	1.113,6	1.031,4
EBITDA	530,5	465,3	562,7	475,5
Dívida Ebitda	1,74	1,79	1,98	2,17

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Usina Caeté S.A.
Maceió - Alagoas

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Usina Caeté S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Caeté S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Realização do ativo fiscal diferido na controlada indireta

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos (“CESMC”), mantém saldo de ativo fiscal diferido no montante de R\$ 100.307 mil, constituídos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Controlada não apresentou evidências suficientes de que as projeções de lucros tributáveis futuros possam se materializar com segurança, ocasionando uma incerteza significativa quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação e utilização dos respectivos créditos tributários. Diante das circunstâncias não nos foi praticável mensurar os impactos de possíveis ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2026.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, chamamos atenção para o fato de a Companhia manter operações com partes relacionadas, efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas, devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Mensuração dos ativos biológicos

Os ativos biológicos (cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos.

A mensuração do valor justo destes ativos biológicos é determinada através de técnicas de avaliação amparada por mercado não observável e líquido (Nível 3), com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade prevista, preços médios projetados de Açúcar Total Recuperável (ATR) e taxa de desconto dos fluxos de caixa.

Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, por consequência, no resultado do exercício e na posição patrimonial da Companhia. Devido a esses aspectos e à importância do saldo de ativo biológico, o ativo biológico é considerado um tema significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Entendimento do ambiente dos controles internos e critérios implementado pela Administração relacionados à mensuração dos ativos biológicos, bem como a análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos;
- (ii) Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, fizemos a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, comparando-as com informações históricas internas e com dados externos observáveis do mercado;
- (iii) Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

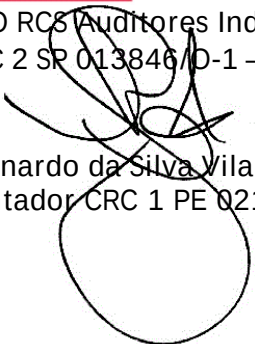
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maceió, 30 de junho de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AL

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-9 - S - AL





AÇÚCAR • ETANOL • BIOELETRICIDADE

Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Safra 25-26

www.usinacaete.com



Índice

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço patrimonial	21
Demonstração dos resultados	22
Demonstração dos resultados abrangentes	23
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstração dos fluxos de caixa	25
Demonstração dos valores adicionados	26
1 - Contexto operacional	27
2 - Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis	28
3 - Caixa e equivalentes de caixa	34
4 - Aplicações financeiras – Ativo não circulante	35
5 - Contas a receber de clientes	35
6 - Estoques	37
7 - Ativos biológicos	37
8 - Tributos a recuperar	39
9 - Outros créditos	40
10 - Operações com partes relacionadas	40
11 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos	41
12 - Investimento e provisão para perdas com investimentos	44
13 - Imobilizado	46
14 - Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	49
15 - Fornecedores	51
16 - Empréstimos e financiamentos	51
17 - Salários e férias a pagar	55
18 - Adiantamentos de clientes	55
19 - Tributos e contribuições a recolher	55
20 - Parcelamentos de tributos	56
21 - Provisão para processos judiciais	57
22 - Patrimônio líquido	58
23 - Receita operacional líquida	59
24 - Custos dos produtos vendidos	60
25 - Despesas com vendas	60
26 - Despesas administrativas e gerais	60
27 - Outras receitas operacionais, líquidas	61
28 - Resultado financeiro	61
29 - Instrumentos financeiros	62
30 - Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	69
31 - Valor Justo	70
32 - Cobertura de seguros	71
33 - Compromissos de compra	71
34 - Compromissos de vendas	71

Usina Caeté S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	3	66.929	50.136	107.827	85.672
Contas a receber de clientes	5	105.283	72.526	107.321	75.208
Estoques	6	502.335	462.450	508.201	469.120
Ativos biológicos	7	95.206	164.896	95.206	164.896
Tributos a Recuperar	8	137.244	142.053	142.755	147.651
Outros créditos	9	10.751	11.322	11.512	14.547
Instrumentos financeiros derivativos		4.384	159	4.384	159
Circulante		922.132	903.542	977.206	957.253
Aplicações financeiras	4	72.707	10.116	72.782	10.183
Depósitos judiciais	21	4.015	3.638	4.039	3.662
Mútuos com partes relacionadas	10	7.055	2.243	1.012	1.230
Tributos a Recuperar	8	6.640	7.055	6.846	7.161
Outros créditos	9	1.570	1.474	2.059	1.698
Total do realizável a longo prazo		91.987	24.526	86.738	23.934
Investimentos	12	111.698	107.685	77.402	74.716
Propriedade para investimentos		235	235	235	235
Imobilizado		1.008.694	947.412	1.063.013	1.000.026
Direito de uso	14	708.567	692.124	708.567	692.124
Intangível		850	1.071	854	1.077
Não circulante		1.922.031	1.773.053	1.936.809	1.792.112
Ativo		2.844.163	2.676.595	2.914.015	2.749.365

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores	15	94.250	91.047	97.172	92.605
Empréstimos e financiamentos	16	237.331	300.021	244.814	305.988
Arrendamentos a Pagar	14	51.324	4.384	51.324	4.384
Parceria agrícola a pagar	14	107.721	83.101	107.721	83.101
Salários e férias a pagar	17	47.784	40.743	48.660	41.569
Adiantamentos de clientes	18	202.148	109.850	217.367	124.791
Tributos e contribuições a recolher	19	21.389	11.322	21.663	11.466
Parcelamentos de tributos	20	5.967	16.275	6.124	16.707
Outras contas a pagar		3.616	3.377	3.629	3.387
Circulante		771.530	660.120	798.474	683.998
Empréstimos e financiamentos	16	825.454	593.960	1.049.433	821.312
Arrendamentos a Pagar	14	79.995	84.324	79.995	84.324
Parceria agrícola a pagar	14	513.176	520.315	513.176	520.315
Mútuos com partes relacionadas	10	-	6.253	600	600
Parcelamentos de tributos	20	6.816	11.610	6.854	11.734
Provisão para processos judiciais	21	22.201	25.644	22.201	25.644
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	28.511	109.042	(71.796)	8.735
Provisão para perdas em investimentos	12	97.908	88.236	-	-
Dividendos a pagar	22	5.295	5.295	5.295	5.295
Adiantamentos de clientes	18	44.039	11.667	44.039	11.667
Não circulante		1.623.395	1.456.346	1.649.797	1.489.626
Capital social		550.000	550.000	550.000	550.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(41.310)	(37.714)	(41.310)	(37.714)
Reserva de reavaliação		13.647	14.141	13.647	14.141
Reserva legal		4.932	4.932	4.932	4.932
Subvenções para Investimentos		216.509	183.200	216.509	183.200
Lucros (prejuízos) acumulados		(294.540)	(154.430)	(294.540)	(154.430)
Patrimônio líquido	22	449.238	560.129	449.238	560.129
Participação de acionistas não controladores		-	-	16.506	15.612
Total do patrimônio líquido e participação de não controladores		449.238	560.129	465.744	575.741
Passivo e patrimônio líquido		2.844.163	2.676.595	2.914.015	2.749.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Caeté S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida	23	1.659.625	1.511.406	1.669.533	1.521.734
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(1.322.367)	(1.263.364)	(1.335.672)	(1.278.458)
Variação do valor justo do ativo biológico	7	(82.757)	50.108	(82.757)	50.108
Lucro bruto		254.501	298.150	251.104	293.384
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas com vendas	25	(77.378)	(68.886)	(77.358)	(69.728)
Despesas administrativas e gerais	26	(102.617)	(94.647)	(104.462)	(95.390)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(11.799)	(12.767)	(1.753)	381
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	14.441	26.171	25.188	35.433
		(177.353)	(150.129)	(158.385)	(129.304)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		77.148	148.021	92.719	164.080
Variações cambiais, líquidas	28	50.586	(68.077)	50.594	(68.093)
Receitas financeiras	28	41.342	94.282	46.690	98.280
Despesas financeiras	28	(356.902)	(159.488)	(377.222)	(181.308)
Resultado financeiro líquido		(264.974)	(133.283)	(279.938)	(151.121)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(187.826)	14.738	(187.219)	12.959
Provisão imposto de renda e contribuição social		-	-	(12)	(436)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	80.531	6.383	80.531	6.383
(Prejuízo) Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores		(107.295)	21.121	(106.700)	18.906
Resultado atribuível aos:					
Controladores				(107.295)	21.121
Não controladores				595	(2.215)
Resultado do exercício				(106.700)	18.906
Resultado por ação - básico e diluído (Em R\$)				(10.936,85)	1.937,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Resultado do exercício	(107.295)	21.121	(106.700)	18.906
Variação na participação relativa de investidas	(3.596)	17.183	-	-
Ajustes reflexos - controladas	-	17.907	-	-
Resultado abrangente total	(110.891)	56.211	(106.700)	18.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Caeté S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Subvenções para investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de março de 2024	393.868	(72.804)	15.262	4.932	248.427	(84.675)	505.010	208	505.218
Aumento de capital	156.132	-	-	-	(156.132)	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	21.121	21.121	(2.215)	18.906
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.121)	-	-	29	(1.092)	-	(1.092)
Incentivos Fiscais - ICMS -DEC. 59.991/18-AL	-	-	-	-	90.905	(90.905)	-	-	-
Variação na participação relativa de investidas	-	17.183	-	-	-	-	17.183	17.619	34.802
Ajustes reflexos - controladas	-	17.907	-	-	-	-	17.907	-	17.907
Saldos em 31 de março de 2025	550.000	(37.714)	14.141	4.932	183.200	(154.430)	560.129	15.612	575.741
Resultado do período	-	-	-	-	-	(107.295)	(107.295)	595	(106.700)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(494)	-	-	494	-	-	-
Incentivos Fiscais - ICMS -DEC. 59.991/18-AL	-	-	-	-	33.309	(33.309)	-	-	-
Variação na participação relativa de investidas	-	(3.596)	-	-	-	-	(3.596)	300	(3.296)
Saldos em 31 de março de 2026	550.000	(41.310)	13.647	4.932	216.509	(294.540)	449.238	16.506	465.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Usina Caeté S.A.
Demonstrações de Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(107.295)	21.121	(106.700)	18.906
Ajustes para reconciliar o (prejuízo)/lucro líquido ao caixa (usado)/gerado nas atividades operacionais				
Depreciação da Lavoura	109.505	80.149	109.505	80.149
Depreciação do imobilizado	53.237	33.764	58.345	40.983
Depreciação de direito de uso	126.837	-	126.837	-
Amortização do Intangível	224	(94)	226	(94)
Amortização dos Tratos Culturais	217.669	240.742	217.669	240.742
Valor residual do imobilizado baixado	4.272	4.717	6.975	4.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(80.531)	(6.383)	(80.531)	(6.383)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	126.967	-	126.967	-
Juros, multas	108.391	119.763	126.445	139.490
Variações cambiais	(45.659)	69.768	(45.659)	69.768
Ajuste a valor presente empréstimos e financiamentos	82.848	(70.686)	82.848	(70.686)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	82.757	(50.108)	82.757	(50.108)
Constituição de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	862	870	1.664	1.906
(Reversão) de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	(870)	(682)	(1.906)	(1.551)
Provisão para processos judiciais	(3.443)	1.303	(3.443)	1.303
Resultado da equivalência patrimonial	11.799	12.767	1.753	(381)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.224)	(159)	(4.225)	(159)
	683.346	456.852	699.527	468.829
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	(32.748)	(14.147)	(31.872)	(14.747)
Estoques	(39.885)	(93.335)	(39.080)	(93.285)
Ativo biológico	(230.737)	(209.990)	(230.737)	(209.990)
Tributos a recuperar	5.224	(24.848)	5.212	(23.668)
Depósitos judiciais	(377)	(311)	(378)	(215)
Outros créditos	534	3.190	2.674	525
	(297.989)	(339.441)	(294.181)	(341.380)
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	3.203	(34.991)	4.567	(35.988)
Salários e férias a pagar	7.042	(17.456)	7.091	(17.954)
Adiantamentos de clientes	124.670	21.336	124.948	20.484
Tributos e contribuições a recolher	10.068	(14.590)	10.197	(14.756)
Parcelamentos de tributos	(15.101)	(6.846)	(15.463)	(7.002)
Outras contas a pagar	240	(2.465)	245	(2.467)
	130.122	(55.012)	131.585	(57.683)
Juros pagos	(150.304)	(53.282)	(166.107)	(65.216)
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais	365.175	9.117	370.824	4.550
Aplicações financeiras	(62.591)	4.453	(62.599)	4.387
Aquisição de imobilizado	(107.818)	(266.283)	(117.334)	(271.142)
Adições ao plantio	(120.478)	(180.258)	(120.478)	(180.258)
Aplicação no intangível	(3)	300	(3)	302
Empréstimos concedidos a parte relacionadas	-	(58.538)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	49.630	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	1.500	47.201
Alienação de Ações em coligadas	-	8.023	-	8.023
Investimento em coligadas	(9.737)	(4.918)	(9.237)	(4.618)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(300.627)	(447.591)	(308.151)	(396.105)
Novos empréstimos	759.262	634.626	759.862	635.620
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(585.735)	(343.853)	(590.442)	(352.518)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(11.126)	73	218	(7.541)
Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2))	(210.156)	-	(210.156)	-
Caixa gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	(47.755)	290.846	(40.518)	275.561
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes a caixa	16.793	(147.628)	22.155	(115.994)
No início do exercício	50.136	197.764	85.672	201.666
No final do exercício	66.929	50.136	107.827	85.672
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes a caixa	16.793	(147.628)	22.155	(115.994)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas	1.755.808	1.766.416	1.778.641	1.792.080
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	1.823.970	1.694.820	1.845.789	1.716.833
Receita na venda de investimentos	-	8.023	-	8.023
Receita na alienação de ativo imobilizado	7.999	14.761	8.005	15.086
Outras receitas	(70.096)	56.955	(69.018)	60.525
Devolução de Vendas	(6.065)	(8.143)	(6.135)	(8.387)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(646.682)	(538.562)	(637.205)	(530.578)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(369.137)	(294.777)	(343.515)	(272.323)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(273.277)	(232.192)	(289.422)	(246.435)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(4.268)	(3.570)	(4.268)	(3.797)
Custo na alienação de investimentos	-	(8.023)	-	(8.023)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.109.126	1.227.854	1.141.436	1.261.502
Despesas de amortização/depreciação	(380.640)	(354.886)	(388.453)	(362.106)
Depreciação e amortização	(53.465)	(33.995)	(61.278)	(41.215)
Ativos biológicos colhidos	(327.175)	(320.891)	(327.175)	(320.891)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	728.486	872.968	752.983	899.396
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	137.787	145.479	153.192	162.628
Resultado de equivalência patrimonial	(11.799)	(12.767)	(1.753)	381
Receitas financeiras	149.586	158.246	154.945	162.247
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	866.273	1.018.447	906.175	1.062.024
Pessoal:	324.324	303.016	328.994	311.506
Remuneração direta	268.067	256.129	272.139	263.119
Benefícios	31.309	23.325	31.570	24.286
FGTS	24.948	23.562	25.285	24.101
Impostos, taxas e contribuições:	84.219	174.698	96.833	187.927
Federais	5.489	76.414	11.011	82.746
Estaduais	78.730	98.199	85.782	105.083
Municipais	-	85	40	98
Remuneração de capitais de terceiros:	565.025	519.612	587.048	543.685
Juros e demais despesas financeiras	125.760	124.613	145.931	146.429
Perdas com variações cambiais	57.658	132.041	57.661	132.060
Aluguéis	233.784	228.084	235.484	230.316
Outras	147.823	34.874	147.972	34.880
Remuneração (perdas) de capitais próprios:	(107.295)	21.121	(106.700)	18.906
Lucros Retidos / (Prejuízo) do período	(107.295)	21.121	(106.700)	18.906
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	866.273	1.018.447	906.175	1.062.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - Contexto operacional

a) Controladora

A Usina Caeté S.A. é uma Companhia domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Barão de Jaraguá, número 47, no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O objetivo social da Companhia é o plantio e a industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais, a produção e comercialização de energia elétrica, a comercialização de seus produtos no mercado interno e externo e participação em outras Companhias. A principal atividade de industrialização é a produção de açúcar VHP (very high polarization), açúcar refinado, açúcar cristal, etanol anidro e hidratado.

Atualmente, o processo produtivo da Companhia concentra-se em 3 unidades industriais, sendo duas usinas localizadas no Estado de Alagoas e uma destilaria no Estado de São Paulo.

A Companhia está direcionando o volume a ser exportado em cotas preferenciais e produtos com maior valor agregado. Dessa forma, o volume fixado para a safra 26/27 está em 80% sobre o volume vendido, podendo ser aumentado caso o mercado apresente mais oportunidades que tragam maiores margens de retorno. As exportações correspondem a cerca de 40% da receita total.

A Administração entende que essas ações continuarão a produzir impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira da Companhia, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

b) Controladas

SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda. ("SOTAN")

Empresa limitada, sediada em Rio Largo – AL, na Rodovia BR-104, Aeroporto Zumbi dos Palmares. Opera no transporte aéreo de passageiros e de cargas na modalidade táxi aéreo, com operações regionais, nacionais e internacionais.

Varrela Pecuária Ltda. ("Varrela")

Empresa limitada, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda Varrela, Zona Rural. Dedicar-se à atividade pecuária, com foco na criação, manejo e desenvolvimento de rebanhos.

Companhia Energética de São Miguel dos Campos ("CESMC")

Sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda São João, Zona Rural. Desenvolve um ecossistema integrado de geração de vapor e energia elétrica a partir de biomassa, com atividades principais na cogeração, no fornecimento de energia elétrica e vapor, além da prestação de serviços correlatos.

Estrutura de governança corporativa

Em 19 de abril de 2021, a Assembleia Geral deliberou sobre a instituição do Conselho Consultivo e sobre a modificação da composição da Diretoria, além de permitir a criação, pela Diretoria, de comitês e/ou grupos de trabalho multidisciplinares.

Desde então, a Diretoria vem sendo assessorada por um Conselho Consultivo constituído e estruturado na forma prevista no Estatuto Social para opinar sobre matérias consideradas estratégicas para a Companhia. O Conselho, que pode ser composto por até 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 01 (um) ano, atua emitindo pareceres e recomendações à Diretoria, enriquecendo o processo decisório na medida em que traz à discussão profissionais experientes, especializados e comprometidos com boas práticas de governança corporativa.

O Conselho Consultivo, que se reúne em caráter ordinário uma vez por mês, está composto pelo Conselheiro Presidente Jacyr da Silva Costa Filho, bem como pelos Conselheiros Aryl Pontes Lyra Filho, Maria Irene Sibaldo Leite, Moacir da Rocha Bastos e Luiz Humberto Guimarães de Castro Prado, esse último eleito como Conselheiro Independente.

A Diretoria, é constituída por 01 (um) Diretor Presidente e 03 (três) Diretores Sem Designação Específica. Foram eleitos para compor a Diretoria os Diretores Luiz Magno Epaminondas Tenório de Brito, Araken Barbosa de Miranda Júnior e Paulo Couto Ramalho de Castro, responsáveis, respectivamente, pelas áreas agroindustrial, financeira e administrativa, além do Diretor Presidente Aryl Pontes Lyra Filho.

A Diretoria poderá formar comitês e /ou grupos de trabalho multidisciplinares com fins de analisar e debater temas inerentes à gestão, cabendo a Diretoria determinar a sua criação e finalidade.

Tensões Geopolíticas

As tensões geopolíticas representam um risco para a empresa. O aumento dessas tensões em áreas-chave de produção de petróleo pode levar a flutuações nos preços dos produtos vendidos, taxas de câmbio, insumos e questões logísticas, dependendo da situação. Esses riscos podem afetar a receita e os custos operacionais da empresa.

Flutuações Climáticas

Riscos relacionados às condições climáticas podem impactar a empresa, especialmente geadas, problemas hídricos decorrentes de secas prolongadas e incêndios. Isso pode afetar negativamente a produtividade dos canaviais e, conseqüentemente, a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, influenciando as receitas, custos e o valor dos ativos biológicos.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

As referidas demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para os CPC, exceto por ativos biológicos e instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta, quando aplicável, os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.12.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2026.

2.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, a saber:

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras intermediárias. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis intermediárias (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

b) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.3. Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Controladas	Percentual de participação			
	31/03/2026		31/03/2025	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
SOTAN- Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda.	63,93%	36,07%	63,93%	36,07%
Varrela Pecuária Ltda	86,85%	13,15%	88,67%	11,33%
Posto Caeté Ltda	100%	-	100%	-
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	100%	-	100%	-

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações contábeis intermediárias das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo.

Além das controladas diretas e indiretas relacionadas na tabela anterior, a Companhia possui outras participações societárias em controladas em conjunto e coligadas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº12.

2.4. Reconhecimento de receita

A Controladora Usina Caeté S.A. comercializa açúcar, etanol, melaço, energia elétrica, bagaço de cana, entre outros. A controlada Sotan – Sociedade de Taxi Aéreo do Nordeste Ltda presta serviço de taxi aéreo, já a controlada Varrela Pecuária Ltda comercializa bovinos e ovinos e a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos comercializa energia elétrica e vapor. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência de controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que os seguintes eventos ocorram: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

2.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. As Controladas, assim como as controladoras, são tributadas pelo lucro real.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- ☐ quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ☐ valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.7. Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

O custo transferido de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

2.9. Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da Companhia no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.10. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado foi reavaliado, por meio dos valores justos determinados por laudo emitido por especialista. Este procedimento de reavaliação foi efetuado em data anterior a 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs e os valores da reavaliação foram adotados como custo atribuído no patrimônio líquido, conforme permitido na época.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	25 anos
Formação de cana	5 anos
Instalações diversas e máquinas e equipamentos	2 a 10 anos
Máquinas e implementos agrícolas	1 a 5 anos
Móveis e utensílios	2 a 10 anos
Veículos	1 a 5 anos
Aeronaves	10 anos
Computadores e periféricos e equipamentos e aparelhos de telefonia	1 a 5 anos
Aparelhos e ferramentas	1 a 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11. Questões ambientais

Os parques industriais e as atividades relacionadas às plantações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental. A Companhia reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. Com base nas leis e normas vigentes no Brasil, a administração da Companhia acredita que, atualmente, não é necessária nenhuma provisão para perdas referentes a questões ambientais.

2.12. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando aplicável, o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e bancos	41.334	18.713	44.674	21.745
Aplicações financeiras	25.595	31.423	63.153	63.927
	66.929	50.136	107.827	85.672

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em média a 98,11% do CDI (99,62% em março de 2025) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

4 - Aplicações financeiras – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Aplicações financeiras	72.707	10.116	72.782	10.183
	72.707	10.116	72.782	10.183

As aplicações financeiras são vinculadas (garantias) às operações financeiras através de cédulas de crédito industrial e bancária, liquidáveis em longo prazo.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em média a 98,11% do CDI (99,62% em março de 2025) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

5 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Cientes país	101.920	73.396	104.760	77.114
Cientes do exterior	4.225	-	4.225	-
	106.145	73.396	108.985	77.114
(-) Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	(862)	(870)	(1.664)	(1.906)
	105.283	72.526	107.321	75.208

O contas a receber por idade de vencimento está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
A vencer	103.616	64.978	105.096	66.732
Vencidos até 30 dias	1.466	4.644	1.611	4.684
Vencidos de 31 a 60 dias	146	2.902	179	3.265
Vencidos de 61 a 90 dias	55	-	106	92
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	26	293
Vencidos de 121 a 180 dias	-	2	303	150
Vencidos de acima de 181 dias	862	870	1.664	1.898
Total	106.145	73.396	108.985	77.114

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor.

A Companhia adota como critério para reconhecimento das provisões considerando: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Nesse período a Companhia reverteu a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 870, como também constituiu a provisão de R\$ 862 (apresentado como provisão para perdas na realização de ativos na demonstração do fluxo de caixa). Abaixo, a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	(870)	(682)	(1.906)	(1.551)
Constituição no período	(862)	(870)	(1.664)	(1.906)
Reversão no período	870	682	1.906	1.551
Saldo final	(862)	(870)	(1.664)	(1.906)

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 29.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Produtos acabado-açúcar (a)	290.005	247.091	290.005	247.091
Produtos acabado-etanol (a)	39.123	21.541	39.123	21.541
Estoque em poder de Terceiros	-	704	-	704
Melaço - p/ etanol	521	646	521	646
Total de produtos acabados	329.649	269.982	329.649	269.982
Mercadoria de Revenda	-	-	36	-
Custos de entressafra (b)	25.403	57.753	25.403	57.752
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	43.349	51.296	49.179	57.967
Adiantamento a fornecedores de matéria prima	103.934	83.419	103.934	83.419
	502.335	462.450	508.201	469.120

(a) A manutenção de entressafra é referente aos gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção industrial e agrícola na safra seguinte. Nas unidades do nordeste, esses valores tendem a crescer de abril a agosto de cada ano, enquanto a unidade em SP os montantes são registrados entre novembro a março.

(b) Refere-se a adiantamentos que serão compensados por fornecimento de cana-de-açúcar na próxima safra 2026/2027.

Estoques de etanol são controlados através de medições mensais de evaporação, e as perdas com açúcar são realizadas no final de cada safra. Em 31 de março de 2026, a Administração da Companhia avaliou, no período atual, os volumes do estoque e concluiu como imaterial a necessidade de constituição de provisão para redução aos valores de realização.

7 - Ativos biológicos

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	164.895	145.540
Adições com tratamentos de cana	230.737	209.990
Absorção dos custos de cana colhida	(217.669)	(240.742)
Mudança de valor justo menos despesas estimadas de vendas	(82.757)	50.108
Saldo final	95.206	164.896
Composto por:		
Custo histórico	222.995	209.927
Valor justo	(127.789)	(45.031)

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e consequentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com tratos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa. Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

São as seguintes premissas utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2026	31/03/2025
Unidade Caeté		
Área estimada de colheita (hectares)	21.698	20.136
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	74,94	78,94
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,62	134,00
Valor do Kg de ATR	1,2424	1,4302
Unidade Marituba		
Área estimada de colheita (hectares)	8.439	8.824
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	76,66	74,49
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,62	134,00
Valor do Kg de ATR	1,2424	1,4302
Unidade Paulicéia		
Área estimada de colheita (hectares)	19.723	19.433
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	65,42	64,96
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	138,88	138,88
Valor do Kg de ATR	1,1529	1,2780

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 8,80% (10,14% em 31 de março 2025) ao ano, que é o WACC (Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração. As alterações no valor justo são apresentadas como "As alterações no valor justo dos ativos biológicos".

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras pode ser afetado, aumentado ou reduzido.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

(i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e(ii) volume de produção de cana-de-açúcar.

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 10% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 29.215. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 10%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 29.215.

8 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ativo circulante				
Imposto de renda e contribuição social	5.057	6.735	6.126	6.947
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	82.054	81.933	82.196	82.016
IPI - Imposto Produtos Industrializados	2.300	1.962	2.328	1.990
PIS - Programa de Integração Social (a)	8.562	9.246	9.360	10.205
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	45.542	48.785	49.214	53.207
Outros	369	447	377	447
	143.884	149.108	149.601	154.812
Circulante	137.244	142.053	142.755	147.651
Não circulante	6.640	7.055	6.846	7.161
	143.884	149.108	149.601	154.812

(a) O PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados dos insumos das exportações de açúcar e etanol. Sua compensação dar-se-á com o débito dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, à medida que seja apurado saldo devedor e for permitida a compensação. O saldo residual é feito pedido de ressarcimento, no qual estão classificados no longo prazo.

Os saldos de tributos a recuperar advêm de transações mercantis, apresentados pela expectativa de realização. A Administração avaliou o impacto dos ajustes a valor presente dos tributos a recuperar como imaterial.

9 - Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Adiantamento a fornecedores diversos	4.538	4.110	4.918	4.331
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	4.741	4.741	4.741	4.741
Outros	3.042	3.945	3.912	7.173
	12.321	12.796	13.571	16.245
Circulante	10.751	11.322	11.512	14.547
Não circulante	1.570	1.474	2.059	1.698
	12.321	12.796	13.571	16.245

10 - Operações com partes relacionadas

a. Controladora e controlador final

A Companhia é controlada pela LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, que por sua vez é controlada pela Sra Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias, controladora final do Grupo.

b. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita em Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício de 31 de março de 2026 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 5.135 (R\$ 4.287 em 31 de março de 2025). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios pós emprego.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, bem como as operações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, relativas às transações com partes relacionadas são:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ativo				
Não circulante				
Mútuos				
Fernando Lopes de Farias	-	52	-	52
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias	-	304	-	304
Lagense S.A. Administração e Participações.	1.012	874	1.012	874
Posto Caete Ltda	1.036	-	-	-
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	5.007	1.013	-	-
	7.055	2.243	1.012	1.230

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Passivo				
Não Circulante				
Mútuos				
Elizhabeth Anne Lyra Lopes de Farias	-	-	600	600
Posto Caeté Ltda	-	73	-	-
SOTAN - Soc. de Taxi Aéreo do Ne. Ltda	-	6.180	-	-
	-	6.253	600	600

Os saldos de mútuos ativos e passivos não circulante referem-se a mútuos sem incidência de encargos financeiros e sem previsão de data para liquidação.

Operações reconhecidas no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de produtos ou serviços				
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	11.651	1.499	-	-
Posto Caeté Ltda	3.559	-	-	-
Sotan - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda	-	-	-	-
Caetex Florestal S/A	2.003	624	2.003	624
	17.213	2.123	2.003	624
Compra de Produtos ou Serviços				
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	34.998	3.328	-	-
	34.998	3.328	-	-

A Usina Caeté S.A. fornece biomassa para a Companhia Energética de São Miguel dos Campos, que, por sua vez, fornece energia elétrica, vapor e outras utilidades.

11 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora		
	Saldo em 31/03/2025	Resultado	Saldo em 31/03/2026
Ativo			
Prejuízo Fiscal	34.295	17.808	52.103
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	12.346	6.411	18.757
Provisão para devedores duvidosos	298	(3)	295
Provisão para contingências	1.517	(202)	1.315
Ativo Biológico	15.311	28.138	43.449
	63.767	52.152	115.919
Passivo			
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	165.524	(28.125)	137.399
Reserva de reavaliação	7.285	(254)	7.031
	172.809	(28.379)	144.430
Líquido (passivo-ativo)	109.042	(80.531)	28.511

	Consolidado		
	Saldo em 31/03/2025	Resultado	Saldo em 31/03/2026
Ativo			
Prejuízo Fiscal	108.050	17.808	125.858
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	38.898	6.411	45.309
Provisão para devedores duvidosos	298	(3)	295
Provisão para contingências	1.517	(202)	1.315
Ativo Biológico	15.311	28.138	43.449
	164.074	52.152	216.226
Passivo			
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	165.524	(28.125)	137.399
Reserva de reavaliação	7.285	(254)	7.031
	172.809	(28.379)	144.430
Líquido (passivo-ativo)	8.735	(80.531)	(71.796)

A Companhia possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar:

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda	208.410	136.449
b. Base negativa de contribuição social	208.410	140.974

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda	627.249	543.857
b. Base negativa de contribuição social	685.746	606.879

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. Essa interpretação aborda a contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve avaliar se cada tratamento tributário incerto será considerado individualmente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, adotando a abordagem que melhor estime a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes da sua adoção.

12 - Investimento e provisão para perdas com investimentos

Controladora								
Em 31 de março de 2026	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste	Varrela Pecuária Ltda	Companhia Energética de São Miguel dos Campos	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Posto Caeté Ltda	Copersucar S/A	Total
Método de avaliação	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	CUSTO	
Ativo total	45.530	10.253	152.689	563.780	10.048	2.406	11.167.546	11.952.252
Capital social	104.752	73.019	124.818	262.741	23.000	800	1.775.196	2.364.326
Patrimônio Líquido	43.312	6.716	(97.908)	321.691	10.037	775	2.367.289	2.651.912
Lucro/Prejuízo do período	2.319	(2.073)	(9.672)	(11.682)	1.614	(25)	630.900	611.381
Percentual de participação	63,93%	86,85%	100%	18,82%	30%	100%	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	1.483	(1.831)	(9.672)	(2.238)	484	(25)	-	(11.799)
Saldo de investimentos	27.689	5.833	-	60.535	3.011	775	13.855	111.698
Provisão para perdas em investimentos	-	-	97.908	-	-	-	-	97.908

Controladora										
Em 31 de março de 2025	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste	Varrela Pecuária Ltda	Companhia Energética de São Miguel dos Campos	Rádio Pioneira de Delmiro Gouveia Ltda	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda	Posto Caeté Ltda	Copersucar S/A	Total
Ativo total	42.161	10.904	159.903	710	585.612	8.443	67.810	345	11.510.917	12.386.805
Capital social	104.752	71.519	124.818	535	232.112	23.000	91.589	300	1.743.602	2.392.227
Patrimônio Líquido	40.993	7.289	(88.236)	608	317.204	8.433	16.047	300	2.062.289	2.364.927
Lucro/Prejuízo do exercício	(1.097)	(2.472)	(11.793)	(98)	(10.909)	1.474	701	-	406.684	382.490
Percentual de participação	63,93%	88,67%	100%	0	21,30%	30%	-	100%	2,03%	
Resultado da equivalência Patrimonial	951	(2.306)	(11.793)	(6)	(1.158)	442	1.103	-	-	(12.767)
Saldo de investimentos	26.206	6.463	-	-	67.567	2.530	-	300	4.618	107.685
Provisão para perdas em investimentos	-	-	88.236	-	-	-	-	-	-	88.236

Consolidado				
Em 31 de março de 2026	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Copersucar S/A	Total
Método de avaliação	MEP	MEP	CUSTO	
Ativo total	563.780	10.048	11.167.546	11.741.374
Capital social	262.741	23.000	1.775.196	2.060.937
Patrimônio Líquido	321.691	10.037	2.367.289	2.699.017
Lucro/Prejuízo do período	(11.682)	1.614	630.900	620.832
Percentual de participação	18,82%	30,00%	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	(2.237)	484	-	(1.753)
Saldo de investimentos	60.536	3.011	13.855	77.402

Em 31 de março de 2025	Rádio Pioneira de Delmiro Gouveia Ltda	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda	Copersucar S/A	Total
Ativo total	710	585.612	8.443	57.810	11.510.917	12.163.492
Capital social	535	232.112	23.000	91.589	1.743.602	2.090.838
Patrimônio Líquido	608	317.204	8.433	16.047	2.062.289	2.404.581
Lucro/Prejuízo do exercício	(98)	(10.909)	1.474	701	406.684	397.852
Percentual de participação		21,30%	30,00%		2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	(6)	(1.158)	442	1.103	-	381
Saldo de investimentos	-	67.568	2.530	-	4.618	74.716

Movimentação:

Controladora			
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
Saldo em 31 de março de 2025	107.685	(88.236)	-
Integralização de capital	9.737	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.596)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(2.128)	(9.672)	(11.799)
Saldo em 31 de março de 2026	111.698	(97.908)	(11.799)

Consolidado			
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
Saldo em 31 de março de 2025	74.716	-	-
Integralização de capital	9.236	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.797)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(1.753)	-	(1.753)
Saldo em 31 de março de 2026	77.402	-	(1.753)

13 - Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora			
	31/03/2026			31/03/2025
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em uso				
Terras	11.672	-	11.672	11.672
Edificações e benfeitorias	217.842	(61.775)	156.067	118.299
Formação de cana	642.193	(261.807)	380.386	369.413
Instalações diversas	87.583	(69.172)	18.411	18.338
Máquinas e equipamentos	703.473	(375.610)	327.863	312.814
Máquinas e implementos agrícolas	120.203	(70.197)	50.006	50.298
Moveis e utensílios	8.458	(3.651)	4.807	3.858
Veículos	35.823	(27.124)	8.699	5.460
Aeronaves	-	-	-	1.381
Computadores e periféricos	7.288	(4.976)	2.312	2.504
Aparelhos e ferramentas	14.003	(8.615)	5.388	5.189
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.095	(1.413)	682	671
	1.850.633	(884.340)	966.293	899.897
Imobilização em andamento	40.709	-	40.709	46.101
Adiantamento p/ aquisição Imobilizado	1.692	-	1.692	1.414
	1.893.034	(884.340)	1.008.694	947.412

	Consolidado			
	31/03/2026			31/03/2025
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em uso				
Terras	12.941	-	12.941	12.835
Edificações e benfeitorias	220.265	(61.995)	158.270	119.769
Formação de cana	642.193	(261.807)	380.386	369.413
Instalações diversas	87.605	(69.179)	18.426	18.355
Máquinas e equipamentos	775.157	(403.508)	371.649	361.688
Máquinas e implementos agrícolas	120.871	(70.494)	50.377	50.312
Móveis e utensílios	8.703	(3.757)	4.946	3.968
Veículos	36.104	(27.243)	8.861	5.666
Aeronaves	6.191	(847)	5.344	1.428
Computadores e periféricos	7.558	(5.113)	2.445	2.582
Aparelhos e ferramentas	14.718	(8.991)	5.727	5.494
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.096	(1.413)	683	672
	1.934.402	(914.347)	1.020.055	952.182
Imobilização em andamento	40.709	-	40.709	46.431
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	2.249	-	2.249	1.413
	1.977.360	(914.347)	1.063.013	1.000.026

b. Movimentação

Controladora						
	Saldo em 31/03/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2026
Em uso						
Terras	11.672	-	-	-	-	11.672
Edificações e benfeitorias	118.299	144	(438)	(4.861)	42.923	156.067
Formação de cana	369.413	120.478	-	(109.505)	-	380.386
Instalações diversas	18.338	8	(55)	(2.062)	2.182	18.411
Máquinas e equipamentos	312.814	4.060	(1.263)	(25.454)	37.706	327.863
Máquinas e implementos agrícolas	50.298	15.503	(32)	(16.664)	901	50.006
Moveis e utensílios	3.858	950	(132)	(419)	550	4.807
Veículos	5.460	5.556	(881)	(1.436)	-	8.699
Aeronaves	1.381	-	(1.335)	(46)	-	-
Computadores e periféricos	2.504	434	(25)	(843)	242	2.312
Aparelhos e ferramentas	5.189	1.174	(36)	(1.228)	289	5.388
Equipamentos e aparelhos de telefonia	671	275	(76)	(225)	37	682
	899.897	148.582	(4.273)	(162.743)	84.830	966.293
Imobilização em andamento	46.101	79.438	-	-	(84.830)	40.709
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.414	278	-	-	-	1.692
	947.412	228.298	(4.273)	(162.743)	-	1.008.694

Consolidado						
	Saldo em 31/03/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2026
Em uso						
Terras	12.835	106	-	-	-	12.941
Edificações e benfeitorias	119.769	943	(438)	(4.926)	42.922	158.270
Formação de cana	369.413	120.478	-	(109.505)	-	380.386
Instalações diversas	18.355	9	(55)	(2.065)	2.182	18.426
Máquinas e equipamentos	361.688	5.315	(3.966)	(29.423)	38.035	371.649
Máquinas e implementos agrícolas	50.312	15.919	(32)	(16.725)	903	50.377
Moveis e utensílios	3.968	1.002	(132)	(442)	550	4.946
Veículos	5.666	5.555	(881)	(1.479)	-	8.861
Aeronaves	1.428	6.130	(1.335)	(879)	-	5.344
Computadores e periféricos	2.582	514	(25)	(868)	242	2.445
Aparelhos e ferramentas	5.494	1.294	(36)	(1.314)	289	5.727
Equipamentos e aparelhos de telefonia	672	275	(76)	(225)	37	683
	952.182	157.540	(6.976)	(167.851)	85.160	1.020.055
Imobilização em andamento	46.431	79.438	-	-	(85.160)	40.709
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.413	836	-	-	-	2.249
	1.000.026	237.814	(6.976)	(167.851)	-	1.063.013

Controladora

	Saldo em 31/03/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2025
Em uso						
Terras	11.724	-	(52)	-	-	11.672
Edificações e benfeitorias	86.731	-	(1.345)	(2.802)	35.715	118.299
Formação de cana	269.303	180.258	-	(80.148)	-	369.413
Instalações diversas	9.495	158	(6)	(1.515)	10.206	18.338
Máquinas e equipamentos	147.341	4.494	(3.018)	(11.398)	175.395	312.814
Máquinas e implementos agrícolas	42.017	21.897	(84)	(14.602)	1.070	50.298
Moveis e utensílios	2.718	814	(26)	(287)	639	3.858
Veículos	5.018	1.869	(142)	(1.285)	-	5.460
Aeronaves	1.525	-	-	(144)	-	1.381
computadores e periféricos	2.232	659	(6)	(727)	346	2.504
Aparelhos e ferramentas	3.381	1.668	(39)	(809)	988	5.189
Equipamentos e aparelhos de telefonia	624	232	(3)	(194)	12	671
	<u>582.109</u>	<u>212.049</u>	<u>(4.721)</u>	<u>(113.911)</u>	<u>224.371</u>	<u>899.897</u>
Imobilização em andamento	38.404	232.068	-	-	(224.371)	46.101
Adiantamento p/ aquisição	79	1.335	-	-	-	1.414
Imobilizado	<u>620.592</u>	<u>445.452</u>	<u>(4.721)</u>	<u>(113.911)</u>	<u>-</u>	<u>947.412</u>

Consolidado

	Saldo em 31/03/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2025
Em uso						
Terras	12.835	51	(51)	-	-	12.835
Edificações e benfeitorias	88.272	-	(1.345)	(2.873)	35.715	119.769
Formação de cana	269.303	180.258	-	(80.148)	-	369.413
Instalações diversas	9.514	158	(5)	(1.518)	10.206	18.355
Máquinas e equipamentos	199.236	8.508	(3.085)	(18.367)	175.395	361.687
Máquinas e implementos agrícolas	42.062	21.897	(84)	(14.633)	1.070	50.312
Moveis e utensílios	2.835	832	(26)	(312)	639	3.968
Veículos	5.103	2.167	(299)	(1.305)	-	5.666
Aeronaves	1.579	-	-	(151)	-	1.428
Computadores e periféricos	2.286	705	(7)	(748)	346	2.582
Aparelhos e ferramentas	3.659	1.770	(39)	(883)	988	5.495
Equipamentos e aparelhos de telefonia	625	232	(3)	(194)	12	672
	<u>637.309</u>	<u>216.578</u>	<u>(4.944)</u>	<u>(121.132)</u>	<u>224.371</u>	<u>952.182</u>
Imobilização em andamento	38.404	232.398	-	-	(224.371)	46.431
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	79	1.334	-	-	-	1.413
	<u>675.792</u>	<u>450.310</u>	<u>(4.944)</u>	<u>(121.132)</u>	<u>-</u>	<u>1.000.026</u>

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia a cada exercício se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações contábeis e são revisados anualmente.

Para o exercício findo em 31 de março de 2026, foi realizado teste de recuperabilidade do ativo imobilizado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado considerou-se a Usina Caeté S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A companhia realizou teste de valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de março de 2026, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, produtividade industrial histórica e estimada, custos relacionados aos processos produtivo e outros dados macroeconômicos. As projeções de caixa foram preparadas considerando as seguintes premissas:

	2026
Taxa de crescimento médio da receita operacional líquida	6,41%
Taxa de desconto	8,80%

O teste de recuperabilidade do ativo imobilizado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício findo em 31 de março de 2026, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

Em decorrência de determinados empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 358.371 (R\$ 194.457 em 31 de março de 2025) encontram-se gravados em garantia dos credores, conforme detalhado na Nota Explicativa 16.

14 - Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada anualmente, na variação do índice com metodologia do Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiaçúcar-AL para o Estado de Alagoas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	Parcerias agrícolas	Veículos, máquinas e implementos	Total
Adoção em 31 de março de 2025	20.074	603.416	68.634	692.124
(+) Novos contratos	3.309	95.753	77.450	176.512
(-) Baixa de contratos	(1.075)	(31.257)	(3.348)	(35.680)
(+/-) Remensuração	40	2.263	145	2.448
(-) Amortização/Depreciação	(4.524)	(86.042)	(36.271)	(126.837)
Saldo em 31 de março de 2026	17.824	584.133	106.610	708.567

A movimentação do arrendamento a pagar e da parceria agrícola a pagar foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	Parcerias agrícolas	Veículos, máquinas e implementos	Total
Saldo em 31 de março de 2025	20.074	603.416	68.634	692.124
(+) Novos contratos	3.309	95.753	77.450	176.512
(-) Baixa de contratos	(1.075)	(31.257)	(3.348)	(35.680)
(+/-) Remensuração	40	2.263	145	2.448
(+) Juros	3.575	107.474	15.919	126.968
(-) Pagamentos	(6.555)	(156.752)	(46.849)	(210.156)
Saldo em 31 de março de 2026	19.368	620.897	111.951	752.216
Circulante	5.504	107.721	45.820	159.045
Não Circulante	13.864	513.176	66.131	593.171

Os saldos de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimentos	Controladora
2027	77.194
2028	83.450
2029	71.163
2030	51.514
2031	36.612
2032	27.888
2033 a 2060	245.350
	593.171

15 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores de cana de açúcar	31.369	26.245	31.369	26.245
Fornecedores diversos	62.881	64.802	65.803	66.360
	94.250	91.047	97.172	92.605

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota 29.

16 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente mensurados pelo valor amortizado nos respectivos vencimentos, conforme demonstrados pelo valor contábil. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 29.

Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 29.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Passivo circulante				
Empréstimos bancários garantidos	237.331	300.021	244.814	305.988
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
	237.331	300.021	244.814	305.988
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários garantidos	1.229.282	1.080.637	1.453.261	1.307.989
Ajuste a valor presente	(403.828)	(486.677)	(403.828)	(486.677)
	825.454	593.960	1.049.433	821.312
	1.062.785	893.981	1.294.247	1.127.300

Os empréstimos estavam compostos da seguinte forma em 31 de março de 2026:

			Controladora			
			31/03/2026		31/03/2025	
Tipo	Indexador	Encargos financeiros Taxa média anual de juros	Valor Nominal	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Contábil
Finame	R\$	SELIC + 6,11% a.a até SELIC + 6,70% a.a.	7.541	7.541	13.539	13.539
Capital de Giro – Exportação	US\$	V.C.	373	373	411	411
ACC	US\$	V.C + 9,0% a.a.	15.701	15.701	-	-
Pré Pagamento Exportação	US\$	V.C + 2,00% a.a.	422.105	18.277	506.561	19.884
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI + Juros 3,0416% a 3,50% a.a. / Juros de 3,53% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 11,5495% a.a.	403.109	403.109	234.877	234.877
Cédula Crédito Exportação	R\$	CDI + 2,4200%a.a	62.700	62.700	315.513	315.513
Debêntures	R\$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	193.353	193.353	190.156	190.156
Nota de Crédito Exportação	R\$	CDI + 3,66% a.a.	-	-	9.579	9.579
CRA	R\$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	258.078	258.078	36.248	36.248
CPR	R\$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	97.180	97.180	73.774	73.774
Nota Comercial	R\$	CDIC+3,0000%a.a.	6.473	6.473		
			1.466.613	1.062.785	1.380.658	893.981

			Consolidado			
			31/03/2026		31/03/2025	
Tipo	Indexador	Encargos financeiros Taxa média anual de juros	Valor Nominal	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Contábil
Finame	R\$	SELIC + 6,11% a.a até selic + 6,70% a.a.	7.541	7.541	13.539	13.539
Capital de Giro – Exportação	US\$	V.C.	373	373	411	411
ACC	US\$	V.C + 9,0% a.a.	15.701	15.701	-	-
Pré-Pagamento Exportação	US\$	V.C + 2,00% a.a.	422.105	18.277	506.561	19.885
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI + Juros 3,0416% a 3,50% a.a. / Juros de 3,53% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 5,2300% a.a IPCA + 11,5495% a.a.	634.571	634.571	468.194	468.195
Cédula Crédito Exportação	R\$	CDI + 2,4200%a.a	62.700	62.700	315.513	315.513
Debêntures	R\$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	193.353	193.353	190.156	190.156
Nota de Crédito Exportação	R\$	CDI + 3,66% a.a.	-	-	9.579	9.579
CRA	R\$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	258.078	258.078	36.248	36.248
CPR	R\$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	97.180	97.180	73.774	73.774
Nota Comercial	R\$	CDIC+3,0000%a.a.	6.473	6.473		
			1.698.075	1.294.247	1.613.975	1.127.300

A movimentação dos saldos de financiamentos e empréstimos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	893.981	537.645	1.127.300	770.841
Captações	759.263	634.626	759.862	635.620
Juros incorridos	108.391	119.763	126.445	139.490
Variação cambial	(45.659)	69.768	(45.659)	69.768
Pagamento de Principal	(585.735)	(343.853)	(590.442)	(352.518)
Pagamento de juros	(150.304)	(53.282)	(166.107)	(65.215)
Ajuste a valor presente	82.848	(70.686)	82.848	(70.686)
Saldo final	1.062.785	893.981	1.294.247	1.127.300

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
1-2 anos	218.058	169.336	223.925	175.325
2-5 anos	492.937	261.435	516.406	281.971
mais de 5 anos	114.459	163.189	309.102	364.016
	825.454	593.960	1.049.433	821.312

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 1.080.641.741 (R\$ 1.071.263 em 31 de março de 2025). As demais garantias referem-se a contratos comerciais, aplicações vinculadas, contratos de energia, hipotecas, notas promissórias e fianças que totalizam o valor de R\$ 704.730.898 (R\$ 394.825 em 31 de março de 2025).

Debêntures

Em 31 de maio de 2024, a companhia realizou junto ao credor o resgate antecipado integral das 100 debêntures de 1ª série com o valor unitário atualizado de R\$ 914.596.

Em 12 de junho de 2024, a companhia, em processo de gerenciamento de dívidas bancárias, optou em realizar uma captação por meio de Debêntures incentivadas no mercado de capitais. A operação terá um prazo de 07 anos, com 04 anos de carência no valor principal da dívida.

A Escritura de Emissão de Debêntures foi firmada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária da Emissora realizada em 05 de junho de 2024 ("Ato Societário da Emissora"), na qual foram deliberadas: (a) a realização da Emissão e da Oferta, bem como seus respectivos termos e condições; (b) a constituição das Garantias Reais em favor dos Debenturistas e seus termos e condições, e a respectiva celebração dos Contratos de Garantia; (c) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e (d) a ratificação de todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Emissora com relação aos itens acima.

Foram emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures, sendo (a) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 1ª (primeira) série da Emissão ("Debêntures da Primeira Série") e (b) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 2ª (segunda) série da Emissão ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures").

O valor total da Emissão é de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo (a) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e (b) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série.

As debêntures e empréstimos estão sujeitos a certas condições restritivas, relacionadas à manutenção de determinados covenants não financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e respectivos contratos. Dentre os covenants não financeiros estabelecidos podemos destacar alguns dos principais:

- ☐ Não transformar a Emissora, de forma que deixe de ser Sociedade Anônima, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- ☐ Não alterar o controle direto ou indireto da emissora e das garantidoras sem prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia geral convocada especificamente para este fim;
- ☐ Não transferir ou ceder de qualquer forma as obrigações assumidas nesta Escritura;
- ☐ Não constituir ônus sobre os ativos da emissora e da fiadora correspondente a um valor individual agregado igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total dos ativos, com base nas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.
- ☐ Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3(três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, apresentar demonstrações contábeis auditadas por uma Empresa Elegível; e
- ☐ Não vender ou realizar transferência de ativos à terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com exceção de vendas ou transferências relacionadas à substituição de ativos operacionais em razão de desgaste, depreciação e/ou obsolescência, desde que no curso normal dos negócios, em linha com suas práticas usuais.

Cláusulas restritivas financeiras de dívida (covenants financeiros)

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos e empréstimos bancários, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos. Destaca-se que o covenant relacionado a Dívida Líquida por Tonelada de Cana Moída ultrapassou o limite de R\$ 150,00, ficando em R\$ 209,14 por tonelada, o qual a companhia está em processo de negociação junto aos credores para obter waiver do referido descumprimento. Os demais covenants foram atendidos em 31 de março de 2026.

17 - Salários e férias a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Salários ordenados e comissões	12.294	10.418	12.461	10.594
Indenizações trabalhistas	708	135	710	137
Rescisões a pagar	805	192	815	192
Férias	25.804	22.681	26.286	23.131
Decimo terceiro salário	4.219	3.831	4.291	3.897
Encargos sociais	3.954	3.486	4.097	3.618
	47.784	40.743	48.660	41.569

18 - Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Adiantamento mercado externo	165.163	70.835	165.163	70.835
Adiantamento mercado interno	81.024	50.682	96.243	65.623
	246.187	121.517	261.406	136.458
Circulante	202.148	109.850	217.367	109.850
Não Circulante	44.039	11.667	44.039	11.667

Os adiantamentos no mercado externo, previstos para liquidação no próximo período, são compostos por valores antecipados por clientes, em moeda estrangeira, para a aquisição de açúcar e etanol destinados à exportação. Esses valores são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data da transação.

Usualmente, os clientes pagam 80% do volume contratado antes dos embarques e os 20% restantes contra o embarque da mercadoria.

19 - Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Previdência social a recolher	9.124	6.565	9.227	6.642
FGTS a recolher	1.666	1.246	1.701	1.270
IRRF a recolher	651	702	680	732
INSS fornecedores de cana	131	16	131	16
ICMS Operações Normais	1.337	1.493	1.373	1.493
Pis/Cofins a Recolher	6.906	-	6.908	6
Outros	1.574	1.300	1.643	1.307
	21.389	11.322	21.663	11.466

20 - Parcelamentos de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Parcelamento Simplificado RFB	-	-	17	30
Parcelamento Simplificado INSS - RFB Nº 63758272-1	-	-	-	34
Parcelamento Extraordinário INSS - PGFN Nº 201952110932	-	-	-	38
Parcelamento Demais Débitos - PGFN Nº 202632110834	-	-	-	66
Parcelamento Especial REFIS - Lei 11.941/09 (i)	680	876	680	876
Parcelamento Simplificado ITR - RFB Nº 4048362-2	-	-	41	50
Parcelamento RICMS AI - Nº 18266952	-	-	-	117
Parcelamento P.E.R.T. - Lei 13.496/2017 (ii)	5.908	6.854	5.908	6.854
Parcelamento ICMS - Proc. 00815891-7 (iii)	-	636	-	636
Parcelamento ICMS - Proc. 00819623-2 (iii)	-	855	-	855
Parcelamento ICMS - Proc. 00839477-3 (iii)	1.690	3.589	1.690	3.589
Parcelamento ICMS - Proc. 00860540-9 (iii)	-	1.126	-	1.126
Parcelamento Simplificado INSS - Nº 644186283	-	111	-	111
Parcelamento de Transação - PTE Nº 70098250-5 (iv)	-	965	-	965
Parcelamento de Transação - PTE Nº 70104158-5 (iv)	2.995	3.529	2.995	3.529
Parcelamento ICMS Nº 18349704	-	-	137	169
Parcelamento Fecoeq Nº 18349703	-	-	1	52
Parcelamento ICMS - Proc. 00913677-3 (iii)	1.510	3.112	1.510	3.112
Parcelamento ICMS - Proc. 00919630-2 (iii)	-	6.232	(1)	6.232
	12.783	27.885	12.978	28.441
Circulante	5.967	16.275	6.124	16.707
Não Circulante	6.816	11.610	6.854	11.734

(i) Em novembro de 2009, a Administração da Companhia aderiu ao Programa de Redução e Parcelamento de Tributos, conforme disposto na Lei nº 11.941/09. Em fevereiro de 2010, a Companhia formalizou a desistência de todos os processos administrativos e judiciais relacionados aos débitos incluídos no programa. No decorrer de 2011, foram cumpridas, de forma tempestiva, todas as exigências de prestação de informações e declarações necessárias para a consolidação dos valores devidos. Conforme estabelecido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, foi seguido o cronograma para apresentação das informações exigidas, e, em junho de 2011, concluiu-se a consolidação do parcelamento requerido, com pagamento previsto em até 180 parcelas mensais. A Companhia vem cumprindo regularmente as obrigações decorrentes deste parcelamento.

(ii) Em abril e agosto de 2017, a Companhia aderiu aos novos programas de parcelamento e redução de tributos instituídos pela Medida Provisória nº 766/2017 e posteriormente pela Lei nº 13.496/2017 (conhecidos como "novos Refis"). Esses programas abrangeram tanto a consolidação de parcelamentos anteriormente existentes quanto a inclusão de novos débitos tributários, mediante a desistência de processos judiciais e administrativos. No exercício de 2017, foram contabilizados os valores correspondentes, com os devidos registros e reclassificações nos demonstrativos financeiros.

(iii) Parcelamento ordinário junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), referente a saldos de ICMS oriundos de operações regulares de venda

(iv) Parcelamento firmado com a SEFAZ/SP referente a débitos de ICMS inscritos em Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

A movimentação dos parcelamentos de tributos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Saldo Inicial	27.884	34.729	28.323	35.442
Novas adesões	-	9.996	-	10.264
Juros e multas incorridos	2.166	(1.342)	2.298	(1.296)
Amortizações	(17.267)	(15.498)	(17.643)	(15.969)
Saldo final	12.783	27.885	12.978	28.441

21 - Provisão para processos judiciais

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia as probabilidades de materialização de passivos decorrentes de processos judiciais de naturezas trabalhista, previdenciária, ambiental, tributária, cível e outras.

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída com base na probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática da Companhia o provisionamento integral das obrigações consideradas prováveis, até que a obrigação seja liquidada ou revertida em decorrência de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A seguir, apresentam-se os detalhes dos riscos relacionados aos processos judiciais provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Créditos de IPI (Crédito Prêmio Exportação, não tributável e alíquota zero)	17.823	21.175	17.823	21.175
Contingências Trabalhistas e fiscais	4.378	4.469	4.378	4.469
Saldo líquido	22.201	25.644	22.201	25.644

Em 31 de março de 2026, a Usina Caeté S.A possui depósitos judiciais, no montante de R\$ 3.894 (R\$ 3.638 em 31 de março de 2025) realizados em garantia aos passivos contingentes em aberto.

Movimentação da provisão para processos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Saldo em 31 de março de 2025	25.644	24.341	25.644	24.341
Constituição	(3.443)	1.303	(3.443)	1.303
Saldo em 31 de março de 2026	22.201	25.644	22.201	25.644

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de determinados tributos. Os montantes envolvidos nesses processos foram devidamente provisionados e, em parte, depositados judicialmente. Com base nas opiniões de seus assessores jurídicos, a Companhia não espera perdas adicionais ao encerramento desses processos além dos valores já provisionados.

Processos judiciais passivos com probabilidade possível

A Companhia também possui outros processos judiciais relacionados a questões trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja probabilidade de perda, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, é considerada possível, porém não provável. O valor total envolvido é de R\$ 8.339 (R\$ 7.423 em 31 de março de 2025).

A administração da Companhia, com base nas opiniões de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de constituição de provisão para eventual perda nesses casos.

22 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 é de R\$ 550.000, (R\$ 550.000 em 31 de março de 2025), dividido em 9.756 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a Lagense S.A Administração e Participações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Reserva de reavaliação (Custo atribuído)

Constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada em 31/12/2005. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos e estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

Edificações e construções	Valor de aquisição	Depreciação Acumulada	% de Depreciação	Valor residual	% Residual	Tempo a Depreciar
Usina Caeté - Unid. Caeté	20.289	11.453	4%	8.836	43,55%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Marituba	9.215	5.201	4%	4.014	43,55%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Cachoeira	680	383	4%	297	43,67%	23 anos
Total	30.184	17.037	4%	13.147		

Outros resultados abrangentes

Corresponde à variação reflexa na participação de investimentos em coligadas e controladas, além de ganhos e perdas na participação relativa.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Alagoas na forma de crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados.

Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado líquido do período, ajustado na forma da Lei.

23 - Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita mercado interno	1.197.895	1.302.079	1.219.716	1.324.093
Açúcar	377.184	366.478	377.184	366.478
Etanol	587.894	734.307	588.288	734.087
Vendas de produtos agrícolas	42.496	40.824	42.601	40.824
Vendas de energia elétrica	102.298	62.566	115.968	77.601
Vendas de serviços	2.003	1.909	3.822	4.131
Bagaço de cana	8.350	4.498	4.370	835
Receita – CBIOS	5.702	14.196	5.702	14.196
Outras receitas de vendas	35.116	34.461	39.458	37.812
Receita de incentivos fiscais (i)	36.852	42.840	42.323	48.129
Receita mercado externo	625.511	392.296	625.511	392.296
Açúcar	570.697	370.029	570.697	370.029
Etanol	17.234	-	17.234	-
Materiais	64	65	64	65
Receita de incentivos fiscais (i)	16.583	22.202	16.583	22.202
Resultados com derivativos	20.933	-	20.933	-
Receita bruta fiscal	1.823.406	1.694.375	1.845.227	1.716.389
(-) Deduções dos impostos e contribuições	(163.781)	(182.969)	(175.694)	(194.655)
Vendas canceladas	(6.065)	(8.143)	(6.135)	(8.388)
Impostos s/circulação de mercadorias e serviços	(73.477)	(91.992)	(80.177)	(98.532)
Pis s/faturamento	(8.138)	(7.318)	(8.967)	(8.124)
Cofins s/faturamento	(37.438)	(33.667)	(41.258)	(37.376)
INSS s/faturamento	(34.073)	(35.757)	(34.174)	(35.788)
ICMS substituição tributária	(4.553)	(5.477)	(4.553)	(5.477)
Outros	(37)	(615)	(430)	(970)
Total da receita líquida	1.659.625	1.511.406	1.669.533	1.521.734

24 - Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Depreciação de máquinas, equipamentos e instalações	(51.830)	(32.567)	(51.979)	(39.764)
Depreciação da Lavoura	(109.505)	(80.149)	(109.505)	(80.149)
Amortização do ativo biológico	(217.669)	(240.742)	(217.669)	(240.742)
Depreciação IFRS 16 CPC 06	(126.837)	-	(126.837)	-
Matéria prima	(199.659)	(399.399)	(199.660)	(399.397)
Serviços e locações	(213.268)	(136.981)	(212.717)	(138.385)
Despesa com pessoal	(212.207)	(153.302)	(199.982)	(149.965)
Combustíveis, lubrificantes e peças	(134.392)	(110.207)	(136.219)	(109.907)
Insumos utilizados na produção	(5.503)	(77.648)	(26.555)	(80.182)
Outros custos	(51.497)	(32.369)	(54.549)	(39.967)
	(1.322.367)	(1.263.364)	(1.335.672)	(1.278.458)

25 - Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas com pessoal	(1.164)	(1.115)	(1.164)	(1.115)
Depreciação	(4)	(3)	(4)	(3)
Comissão sobre vendas	(4.120)	(4.522)	(4.130)	(4.674)
Despesas com exportação	(8.758)	(35.479)	(8.758)	(35.479)
Frete, transportes e armazenagem	(54.362)	(20.998)	(54.362)	(20.998)
Aluguéis diversos	(715)	(74)	(717)	(79)
Provisão para devedores duvidosos	8	(188)	129	(471)
Outras despesas	(8.263)	(6.507)	(8.352)	(6.909)
	(77.378)	(68.886)	(77.358)	(69.728)

26 - Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas com pessoal	(55.203)	(47.662)	(55.788)	(48.242)
Depreciação	(1.568)	(1.100)	(2.413)	(1.123)
Material de manutenção e consumo	(4.386)	(4.528)	(4.402)	(4.534)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(36.928)	(33.199)	(36.956)	(33.274)
Outas despesas	(4.532)	(8.158)	(4.903)	(8.217)
	(102.617)	(94.647)	(104.462)	(95.390)

27 - Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas operacionais:				
Crédito de PIS Lei 10.637/02 e COFINS Lei 10.833/03	131	89	131	89
Lucro na venda do ativo imobilizado	3.730	11.190	3.737	11.288
Recuperação de receitas diversas	3.133	7.847	14.804	16.065
Aluguéis e arrendamentos	160	1.291	248	1.291
Outras receitas operacionais	15.744	2.053	16.736	5.624
	22.898	22.470	35.656	34.357
Outras despesas operacionais:				
Contribuição de associação de classe	(749)	(831)	(749)	(831)
Multas e taxas	(1.596)	(164)	(1.929)	(669)
ICMS diferença de alíquota	(638)	8.369	(1.529)	7.410
Imposto sobre operações financeiras	(2.204)	(690)	(2.308)	(767)
Indenizações diversas	(723)	(394)	(723)	(394)
Impostos e Contribuições Parcelados	-	-	-	-
Perda no Recebimento de Crédito	(8)	-	(111)	-
Outras despesas operacionais	(2.539)	(2.589)	(3.119)	(3.673)
	(8.457)	3.701	(10.468)	1.076
Líquidas	14.441	26.171	25.188	35.433

28 - Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	10.766	10.965	15.665	11.863
Ganho de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	-	-	-	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	-	70.846	-	70.846
Outras receitas financeiras	30.576	12.471	31.025	15.571
	41.342	94.282	46.690	98.280
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(117.455)	(125.805)	(137.486)	(147.409)
Juros mora fornecedores	(282)	(225)	(284)	(225)
Juros sobre impostos e contribuições	(3.875)	1.940	(4.013)	1.728
Perda de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	(126.968)	-	(126.968)	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	(78.623)	-	(78.623)	-
Outras despesas financeiras	(29.699)	(35.398)	(29.848)	(35.402)
	(356.902)	(159.488)	(377.222)	(181.308)
Variações cambiais líquidas:				
Variações cambiais ativas	108.244	63.964	108.255	63.966
Variações cambiais passivas	(57.658)	(132.041)	(57.661)	(132.059)
	50.586	(68.077)	50.594	(68.093)
Resultado financeiro	(264.974)	(133.283)	(279.938)	(151.121)

29 - Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, adotando o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros para reconhecimento, classificação, mensuração e contabilização das operações de hedge.

29.1 Riscos de Mercado

(a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e *hedge* natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias atuais:

Consolidado	31/03/2026	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante:		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	21.471	4.121
Contas a receber de clientes	4.225	810
Instrumentos financeiros derivativos	4.384	840
(+) Total dos ativos	30.080	5.771
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	34.350	6.581
(-) Total dos Passivos	34.350	6.581
Exposição líquida	(4.270)	(810)

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de *hedge* da Companhia.

Os referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2026 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,2194 por US\$ 1,00 para os ativos e para os passivos. Os instrumentos financeiros e derivativos negociados em corretora estão convertidos sob a taxa do dólar comercial referencial (*Bloomberg*) de R\$ 5,1846 por US\$ 1,00.

(b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das exportações.

(d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

		Impactos no resultado	
		Cenários possíveis 25%	Cenários prováveis 50%
	Fator de Risco		
(+) Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	16.104	10.736
(+) Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	3.169	2.113
(-) Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	42.938	51.526
Instrumentos financeiros derivativos			
(+) Contratos a termo de moeda	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	3.287	2.191
(-) Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	-	-
Exposição líquida		(20.378)	(36.486)

A análise de sensibilidade da variação cambial foi efetuada considerando a variação percentual de 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

(e) Instrumentos financeiros

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), conforme IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros, para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira (dólar americano); b) dívidas em moeda estrangeira (dólar americano), que efetuam coberturas de vendas das safras 2025/26, 2026/27 e 2027/28, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, e dentro dos critérios de Gestão de risco mencionados no item 29.1.

Nas demonstrações contábeis anuais atuais, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	Março de 2026
	Valor Atual (R\$)
Consolidado	
No ativo circulante e não circulante - Ganho	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	4.384
(+) Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante e não circulante	4.384
No passivo circulante e não circulante - Perda	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	-
(-) Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante e não circulante	-
Total de instrumentos financeiros derivativos	4.384

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações contábeis atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Valor Justo por meio do Resultado
Instrumentos Financeiros:			
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	4.384	-	4.384
	4.384	-	4.384

A realização nos resultados das operações de derivativos designadas como *hedge accounting* e correlacionadas aos embarques da safra 25/26 estão descritas a seguir:

Controladora e Consolidado	Safra 25/26
Instrumentos Financeiros:	
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	7.846
Derivativos de mercadorias – Futuro, opções e contratos a termo	13.087
	20.933

29.2 Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes, em aplicações financeiras e instrumentos derivativos realizados junto às instituições financeiras.

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia.

Com relação ao risco de crédito da Companhia em relação a clientes, a gestão do risco no âmbito dos negócios de açúcar, etanol e energia é centrada no relacionamento formalizado com clientes-chave de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3	66.929	50.136	107.827	85.672
Aplicações financeiras (b)	4	72.707	10.116	72.782	10.183
Contas a receber de clientes e outros créditos (c)		117.604	85.322	119.307	91.453
Mútuos com parte relacionadas	10	7.055	2.243	1.012	1.230
		264.295	147.817	300.928	188.538

a. Depósitos bancários

Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

b. Aplicações financeiras

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

A administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir *ratings* externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas.

29.3 Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de se encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

		Controladora					
		31/03/2026					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		97.866	97.866	97.866	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.062.785	1.062.785	237.331	218.058	492.937	114.459
Mútuos com partes relacionadas	10	-	-	-	-	-	-
Total		1.160.651	1.160.651	335.197	218.058	492.937	114.459

		31/03/2025					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		94.424	94.424	94.424	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	893.981	893.981	300.021	169.336	261.435	163.189
Mútuos com partes relacionadas	10	6.253	6.253	-	6.253	-	-
Total		994.658	994.658	394.444	175.589	261.435	163.189

		Consolidado					
		31/03/2026					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		99.216	99.216	99.216	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.294.247	1.294.247	244.814	223.925	516.406	309.102
Mútuos com partes relacionadas	10	600	600	-	600	-	-
Total		1.394.063	1.394.063	344.030	224.525	516.406	309.102

		31/03/2025					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		95.992	95.992	95.992	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.127.300	1.127.300	305.988	175.325	281.971	364.016
Mútuos com partes relacionadas	10	600	600	-	600	-	-
Total		1.223.892	1.223.892	401.980	175.925	281.971	364.016

29.4 Riscos de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros internas e externas, incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e utiliza-se, quando necessário, de alguns instrumentos derivativos para mitigar estas oscilações. A exposição a esse risco está substancialmente relacionada a financiamentos e aplicações financeiras.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era, sem qualquer interferência de instrumentos de proteção, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	72.038	8.881	72.038	8.881
Passivo financeiros				
Financiamentos e empréstimos	1.062.785	893.981	1.294.247	1.127.299
Ativos (Passivos)	(990.747)	(885.100)	(1.222.209)	(1.118.418)

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia possui R\$ 72.038 de aplicações financeiras indexadas ao CDI e R\$ 881.229 em debêntures, financiamentos e empréstimos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente CDI e IPCA. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais destas, sendo o cenário provável taxa média de juros efetivos do período. Os demais cenários consideram uma variação de 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das receitas e despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das Taxas - 2026

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	72.038	CDI	14,65	10.554	18,31	13.192	21,98	15.830
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(540.795)	CDI	14,65	(79.227)	18,31	(99.033)	21,98	(118.840)
Financiamentos (IPCA)	(10.395)	IPCA	4,11	(428)	5,14	(535)	6,17	(641)
Debêntures	(99.944)	IPCA	4,11	(4.111)	5,14	(5.139)	6,17	(6.167)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(73.212)	(91.515)		(109.818)	
Impacto no resultado e no patrimônio						(18.303)	(36.606)	
Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)								

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Consolidado					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	72.038	CDI	14,65	10.554	18,31	13.192	21,98	15.831
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(540.795)	CDI	14,65	(79.227)	18,31	(99.033)	21,98	(118.839)
Financiamentos (IPCA)	(240.490)	IPCA	4,11	(9.892)	5,14	(12.365)	6,17	(14.838)
Debêntures	(99.944)	IPCA	4,11	(4.111)	5,14	(5.139)	6,17	(6.168)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(82.676)	(103.345)		(124.014)	
Impacto no resultado e no patrimônio						(20.669)	(41.338)	
Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)								

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	72.038	CDI	14,65	10.554	10,99	7.915	7,33	5.277
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(540.795)	CDI	14,65	(79.227)	10,99	(59.420)	7,33	(39.613)
Financiamentos (IPCA)	(10.395)	IPCA	4,11	(428)	3,09	(321)	2,06	(214)
Debêntures	(99.944)	IPCA	4,11	(4.111)	3,09	(3.083)	2,06	(2.056)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(73.212)	(54.909)		(36.606)	
Impacto no resultado e no patrimônio						18.303	36.606	
Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)								

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Consolidado					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	72.038	CDI	14,65	10.554	10,99	7.915	7,33	5.277
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(540.795)	CDI	14,65	(79.227)	10,99	(59.420)	7,33	(39.613)
Financiamentos (IPCA)	(240.490)	IPCA	4,11	(9.892)	3,09	(7.419)	2,06	(4.946)
Debêntures	(99.944)	IPCA	4,11	(4.111)	3,09	(3.083)	2,06	(2.056)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(82.676)		(62.007)		(41.338)
Impacto no resultado e no patrimônio						20.669		41.338
Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)								

29.5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das Sociedades por Ações permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

30 - Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

30.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	66.929	50.136	107.827	85.672
Aplicações financeiras	Custo amortizado	72.707	10.116	72.782	10.183
Contas a receber de clientes e outros créditos	Custo amortizado	117.604	85.322	119.307	91.453
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	7.055	2.243	1.012	1.230
Total		264.295	147.817	300.928	188.538
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	97.866	94.424	99.216	95.992
Financiamentos e empréstimos	Custo amortizado	1.062.785	893.981	1.294.247	1.127.300
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo amortizado	752.216	692.123	752.216	692.124
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.253	600	600
Total		1.912.867	1.686.781	2.146.279	1.916.016

31 - Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

	Controladora					
	31/03/2026			31/03/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Ativos Biológicos	-	-	95.206	-	-	164.896
Total	-	-	95.206	-	-	164.896

	Consolidado					
	31/03/2026			31/03/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Ativos Biológicos	-	-	95.206	-	-	164.896
Total	-	-	95.206	-	-	164.896

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

32 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades, visando, entre outros objetivos, reduzir os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informações não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações contábeis atuais são:

Controladora e Consolidado			
Item	Riscos Cobertos	Cobertura Máxima	
Lucros Cessantes e Riscos Operacionais	L.C.: Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia. R.O.: Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	R\$	436.123
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no período da atividade profissional que afete terceiros.	R\$	322.478

33 - Compromissos de compra

A Companhia possui diversos contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com terceiros, no montante aproximado de 43.378(*) hectares em 2026 78.171(*) hectares em 2025, para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. O percentual de parceria agrícola sobre a produção é calculado com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. Outros fatores como a proximidade da unidade industrial, a possibilidade de mecanização ou qualquer fator que minimize os custos da Companhia podem influenciar o percentual de parceria agrícola. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pela Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiaçúcar-AL para o Estado de Alagoas, pelo mix de produção da Companhia.

(*) Não auditado.

34 - Compromissos de vendas

A Companhia possui contratos no mercado com terceiros, por meio dos quais se compromete a vender seus produtos até a safra 2026/2027.

Em março de 2026, os compromissos assumidos correspondiam às seguintes proporções da produção prevista:

- a. Açúcar: 53% da produção total prevista;
- b. Etanol: 0% da produção total prevista; e
- c. Energia elétrica: 84% da produção total prevista, aproximadamente 70.000 MWh por ano/safra.

35 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de apresentação.